

## MONTE GORDO: AGLOMERADO PISCATÓRIO E DE VERANEIO

(PRIMEIRA PARTE)

Monte Gordo, aldeia do litoral, com cerca de dois mil habitantes e situada no extremo oriental do Algarve, nasceu na primeira metade do século XVIII, exclusivamente por concentração temporária de pescadores de sardinha com artes de arrastar para terra, do tipo das xávegas, e durante mais de cem anos conheceu um desenvolvimento incerto e irregular, sempre em função daquela pesca. A partir do último quartel do século XIX Monte Gordo evoluiu no sentido de um arrabalde dormitório de Vila Real, em paralelo e em consequência das mutações dos processos de pesca de sardinha e de conservação do peixe, e de um lugar de veraneio balnear de atracção regional. O desenvolvimento da população residente, da construção de prédios e do equipamento comercial deve-se, no entanto, também em larga parte às possibilidades de emprego sazonal de pescadores e de operárias conserveiras no Sul de Espanha e no Norte de África e, desde 1960, à sua destacada projecção (nacional e internacional) como centro turístico <sup>(1)</sup>.

---

(1) Devemos a Suzanne Daveau a leitura crítica do manuscrito e numerosas sugestões de condensação dos resultados das nossas análises de fontes de informação não publicadas e quase sempre indirectas. Destas destacamos os arquivos municipal, da capitania do porto de Vila Real, das Conservatórias de Registo Civil e Predial, da Secção de Finanças, do Cartório Notarial, do Grémio dos Armadores para a Pesca da Sardinha, do Grémio dos Industriais de Conservas de Peixe do Sotavento do Algarve, e os de estabelecimentos de comércio e indústria, desde o do comércio retalhista ao do exportador e importador e desde a oficina à grande fábrica e ao grande hotel. A nossa investigação remonta aos últimos anos 60, tendo sido somente actualizados alguns dados cujo valor absoluto tem significado importante.

## A PESCA

*Os primórdios: colónia de pesca de espanhóis destruída pela criação de Vila Real.* — A costa do extremo oriental do Algarve desenha, de Cacela à foz do Guadiana, uma larga baía (fig. 1), nua e desprotegida (sem rochedos e sem arribas),

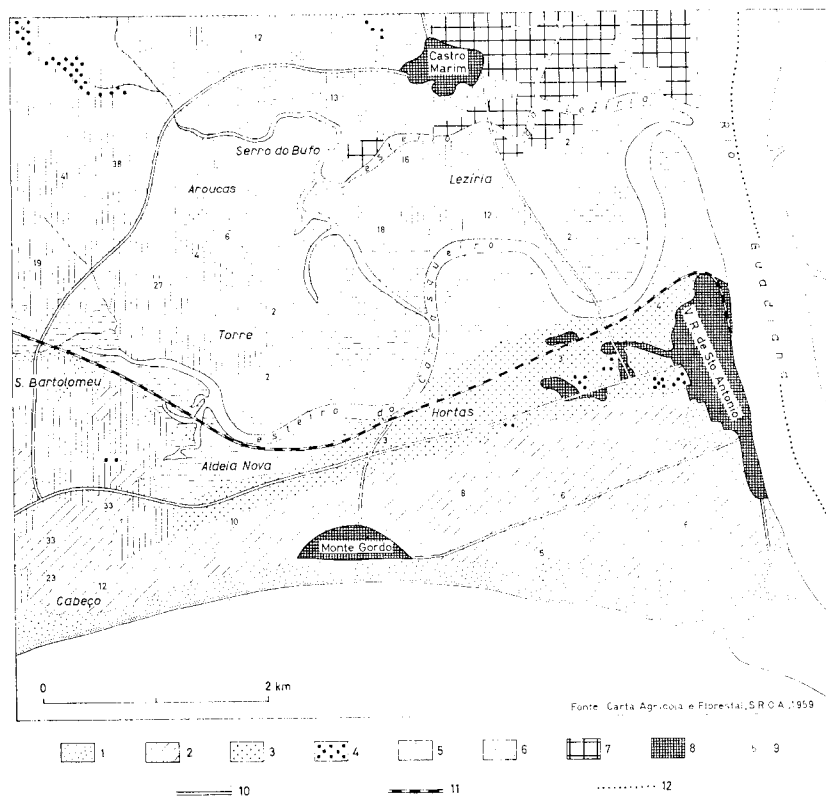


Fig. 1 — A baía de Monte Gordo e a ocupação agrária das terras do interior. 1, Areais incultos; 2, pinhal; 3, culturas arvenses de regadio; 4, laranjal; 5, culturas arvenses de sequeiro em campos limpos ou com arvoredo; 6, sapais; 7, salinas; 8, principais áreas ocupadas pelo casario; 9, pontos cotados; 10, estradas; 11, caminho-de-ferro; 12, fronteira política.

de fundos arenosos de declive moderado e, no geral, não percorrida por correntes litorais violentas. É acompanhada, pelo interior, por uma faixa de dunas de forma triangular, com base na margem do Guadiana e vértice no sopé do Cabeço,

o qual corresponde provavelmente a um terraço dum antigo delta do rio. Mais para poente, manchas pouco extensas de dunas limitam o escoamento das águas da Lagoa, no prolongamento das que assinalam o extremo oriental da ria (na Manta Rota). As primeiras só começaram efectivamente a ser fixadas por pinhais no fim do século XIX, pois a plantação levada a cabo sob as ordens do Marquês de Pombal traduziu-se num fracasso, com excepção da área do Gancho, junto do Cabeço, onde porém os solos são bastante cascalhentos. Agricolamente estéreis, as dunas permaneceram despovoadas até ao século XIX, enquanto os ventos de direcções meridionais deslocavam as areias para o interior, até aos sapais do esteiro da Carrasqueira. Estes mantinham-se desérticos, em parte porque insalubres, à semelhança dos que acompanham os esteiros da Travessa e da Lezíria e das várzeas da Lagoa, onde o paludismo, ainda facilmente recordado, obrigava a drenagem periódica, sempre depois das últimas cheias do ribeiro da Pedra d'Alva que nela converge.

O povoamento disperso e denso da Lagoa, Altura, Aldeia Nova e Hortas é pois bastante moderno, nem sempre secular: deriva essencialmente da colonização agrícola, em pequenas parcelas, das terras de mediocres potencialidades naturais, motivo por que não foram integradas anteriormente nas grandes unidades fundiárias próximas, como a Quinta das Várzeas, a do Sobral e a da Lezíria. Moderno é também o povoamento de pescadores do litoral, escasso, localizado e frágil na origem. A actividade que o apoia — pesca de sardinha com artes de arrastar para a terra (levadas e xávegas) — parece porém ser antiga. SILVA LOPES <sup>(2)</sup> recorda que, no tempo da Reconquista, os soldados de D. Paio Peres ajudavam, no período de tréguas, os pescadores de Cacela a alarem as redes. Documentos oficiais do século XVI <sup>(3)</sup> precisam a obrigação dos pescadores desta costa conduzirem a sardinha à lota de Tavira, pela ausência de outras acessíveis por terra aos mercadores e para evitar o não pagamento de

<sup>(2)</sup> J. B. DA SILVA LOPES, *Memórias para a História Eclesiástica do Bispado do Algarve*, Academia Real das Sciencias de Lisboa, Lisboa, 1849.

<sup>(3)</sup> J. M. LINO DA SILVA, *Armações de pesca*, vol. I e II, dissertação de licenciatura em Geografia, policopiada, Lisboa, 1966.

impostos no caso de a venda do peixe ser feita localmente (quase sempre no mar, a espanhóis) ou em Aiamonte (onde tinha grande procura e valia bom preço). Santo António de Arenilha, pequena vilória situada na ponta arenosa da margem direita do Guadiana, junto à foz, seria talvez habitada por alguns pescadores portugueses e espanhóis mas também por comerciantes que sabiam disfrutar das possibilidades permitidas pela situação, no encontro de duas vias de trânsito — o rio e o oceano —, em frente de Espanha e com um deserto humano a rodeá-los pelo interior, o que naturalmente significaria frouxa vigilância alfandegária e volumoso contrabando de peixe, que permitia elevados lucros.

Mas a baía de Monte Gordo não parece compreender ainda um povoamento permanente, mesmo de dimensão modesta: muito provavelmente apenas algumas palhotas de arrecadação dos apetrechos da pesca e de abrigo ocasional dos pescadores marcavam as dunas ou a praia quando, uma vez terminada a safra, aqueles recolhiam às suas casas do interior ou voltavam a Espanha. Na segunda metade do século XVII, Santo António de Arenilha tinha desaparecido, a pesca da sardinha também, e no princípio do século seguinte a que se comia em Castro Marim vinha de Aiamonte <sup>(4)</sup>. O renascimento da pesca regista-se já em pleno século XVIII, por iniciativa de marítimos de Castro Marim, e sobretudo de negociantes e armadores andaluzes e catalães, que emigravam para as costas atlânticas, bastante mais ricas em peixe <sup>(5)</sup>. A escolha de Monte Gordo, para além da fronteira espanhola, deve-se por certo à riqueza dos pesqueiros e à natureza e declive dos fundos costeiros, que permitiam o uso de grandes redes; mas também, à semelhança da situação no século XVI,

<sup>(4)</sup> C. B. DE LACERDA LOBO, «Memória sobre a decadência da pescaria de Monte Gordo», in *Memórias Económicas*, Academia R. das Ciências de Lisboa, vol. III, Lisboa, 1971, pp. 351-354; e «Memória sobre o estado das pescarias da costa do Algarve no ano de 1790», in *Memórias Económicas*, Academia R. das Ciências de Lisboa, vol. V, pp. 94-137, Lisboa, 1815.

<sup>(5)</sup> A sua chegada marca, com efeito, nas histórias da pesca da Galiza e do Sotavento algarvio, os inícios de novas fases de expansão. Veja-se de GASPÁR MASSÓ GARCÍA, *Origen y Desarrollo de la Industria Conservera en Galicia*. Edição do Banco de Bilbao, 1967.

à proximidade de Aiamonte e dos outros centros de consumo e de negócio do litoral da Andaluzia (inclusive pela convergência de almocreves, que os ligavam ao interior) e à possibilidade de contornar o pagamento dos impostos de pesca e de comercialização. Monte Gordo representa, pois, um prolongamento da colónia de origem catalã, depois também levantina, que a partir de 1720, nos meses de Julho e Agosto, afluía sazonalmente à costa de Isla Cristina, para pescar e salgar sardinhas para os mercados do Levante e da Catalunha; esta actividade não tardou aqui, como em Monte Gordo, a atrair os pescadores da região (Aiamonte e Castro Marim), sobretudo pelas facilidades de escoamento que aqueles asseguravam.

Sobre o areal do extremo levantino do Algarve cresceu rapidamente uma mancha de palhotas escuras, construídas essencialmente com as gramíneas das areias, umas dispersas, ao abrigo das dunas, outras justapostas segundo alinhamentos grosseiros. As suas funções eram as de armazém de recolha das redes e de materiais necessários à pesca e ainda de lugares de salga e de empilhamento de uma parte do peixe, salgado em Monte Gordo quando a abundância dificultava o escoamento pela lota de Aiamonte ou porque se destinava a mercados mais distantes onde os empresários da pesca actuavam como vendedores directos (pelo que, em cada migração, faziam-se acompanhar de barris, sal e todos os materiais necessários à indústria). Outras cabanas constituíam, todavia, durante as safras, as habitações dos empresários, pescadores e trabalhadores.

A centena de barcas e toda esta gente davam então à praia uma vivacidade extrema e pitoresca <sup>(6)</sup> mas, terminada a temporada da pesca, Monte Gordo voltava a ser um minúsculo e sonolento lugarejo de alguns pobres marítimos que aceitavam viver durante o Inverno assim isolados e marginais, porque nenhuns laços de propriedade, nem mesmo um modesto tecto, os prendiam aos campos donde partiam,

<sup>(6)</sup> Repetem-se em várias obras os números das famílias e dos habitantes de Monte Gordo no terceiro quartel do século XVIII: 1000 fogos e 5000 homens. A proporção entre uns e outros parece-nos pouco convincente: 5000 homens, mulheres e crianças? população permanente? população residente na temporada da sardinha? Migravam famílias, ou sobretudo homens?

enquanto aqui alimentavam a esperança de algum comércio clandestino, incluindo o do peixe, e de recompensas pela guarda das cabanas dos catalães.

A pesca da sardinha de Monte Gordo era pois uma actividade de origem essencialmente espanhola, porque o eram os meios materiais de produção, os capitais, os dirigentes e uma grande parte dos trabalhadores. Conjuntamente com a inexistência de um centro urbano próximo, a falta de autoridades capazes de impor as leis e os direitos portugueses permitiu que muita pescaria saísse para os mercados do país vizinho sem pagar dízimas nem sisas. A nacionalização desta riqueza, aliás em expansão, suscitou importantes medidas do Marquês de Pombal nos primeiros anos setenta. Delas destacamos:

a criação, em 1774, de uma nova vila — Vila Real de Santo António — sucessora de Santo António de Arenilha, onde se estabeleceu uma alfândega e procurou centralizar todas as actividades directa ou indirectamente marítimas, incluindo a lota do peixe;

proibição da exportação de peixe fresco e fiscalização rigorosa do comércio do salgado, o que só por si motivou a partida dos espanhóis (7);

constituição de sociedades nacionais de pesca, e protecção alfandegária do mercado minhoto, até então abastecido a partir do litoral galego, para o escoamento da produção local;

abandono total das palhotas de Monte Gordo, que mandou queimar (como já antes fizera na Trafaria), impelindo para Vila Real os desalojados.

A velha fronteira política tornou-se uma verdadeira fronteira económica. Mas a afirmação desta criou novas dificuldades e a nacionalização da pesca foi um fracasso, sobretudo por deficiências de gerência das empresas, tanto no que respeita

(7) Recorde-se que em 1774 e nos anos seguintes os espanhóis figuraram com 26 p. 100 nas naturalidades dos pais das crianças baptizadas no concelho de Vila Real (num total identificado de 389 naturalidades) mas no fim do século apenas com 18 p. 100 (total 206), tal como no segundo decénio de 1800 (total de 360); no entanto, nesta altura ainda os avós masculinos espanhóis representavam 27 p. 100 (total 364). Livros de Baptismos da freguesia de Vila Real de Santo António. Arquivo da Torre do Tombo.

à pesca como à comercialização, e pela inactividade dos compradores do país vizinho, imposta pelo jogo dos direitos alfandegários dos governos português e espanhol.

Aprontaram-se, com grandes despesas, 48 barcas (mas somente 30 foram ao mar) que se somavam às 15 já existentes no concelho de Castro Marim; três anos depois da fundação da vila apenas estavam em actividade 4 barcas da Companhia das Reais Pescarias do Algarve, 5 da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro e 1 de um particular, ou seja, 10 barcas daquelas 63.

No fim do século, Vila Real estava longe de corresponder ao plano que orientou a sua criação, tanto na dimensão urbana e demográfica como na vitalidade das actividades marítimas. A pesca regional da sardinha fora, com efeito, concentrada na Isla Cristina, onde se instalaram imediatamente os antigos patrões das barcas da praia portuguesa e muitos dos trabalhadores nacionais, uns fazendo parte das respectivas companhias, outros colaborando em actividades conexas (8).

Monte Gordo manteve-se entretanto desabitado, muito embora as barcas daquelas sociedades de pesca tivessem continuado ainda por alguns anos a dar vida ao mar e ao areal onde os sacos das xâvegas eram abertos e de onde os marítimos alavam as redes. A baía voltou a oferecer a imagem do século anterior: nua, deserta, árida e repulsiva ao povoamento.

*O ressurgimento de Monte Gordo, no século XIX.*— Quando, em 1774, as cabanas foram queimadas, os pescadores que não desertaram não tinham meios para construir casas na nova vila, e satisfazer as ordens do Marquês. Apenas um figurou como construtor, enquanto alguns outros levantaram pequenas barracas nos arredores da aglomeração nascente. Não era, aliás, cómodo residir aqui e trabalhar na praia distante, o que obrigava os marítimos e as companhias de terra a constantes deslocações a pé, através das dunas, numa distância

(8) J. B. ARRANZ, *Isla Cristina (Huelva). Aportación al estudio de la pesca en España*. Livro de Homenagem a D. Amado Melón y Ruíz de Gordejuela, C. S. I. C., Zaragoza, 1966, pp. 191-202.

de alguns quilómetros. Não era menos aberrante a permanência das barcas em Vila Real e a venda de todo o peixe nesta lota, já que era fácil vará-las em Monte Gordo se as condições do mar se tornassem perigosas, e os sacos eram abertos na praia <sup>(9)</sup>. Por isso, a construção clandestina de novas cabanas recomeçou em breve: no segundo decénio do século XIX viviam aqui duas a três dezenas de famílias e por volta de 1840 <sup>(10)</sup> contavam-se 64 cabanas e 4 casas, sendo já então livre a escolha do lugar de residência.

O crescimento da aldeia fez-se gradualmente, pela fixação de marítimos naturais do Sotavento, de Aiamonte e da Isla Cristina. Assim, em 1865, de 182 marítimos residentes em Monte Gordo, 156 são naturais da freguesia de Vila Real, que compreende aquele lugar, 2 de Castro Marim, 2 de Cacela, 6 de Tavira, 3 de Faro e 4 de Espanha; em 1849, dos pais de 24 crianças baptizadas, cujo nascimento ocorreu no «sítio» da praia de Monte Gordo, 36 eram naturais da freguesia de Vila Real e 9 de Tavira. As naturalidades dos avós são porém muito mais variadas: 25 do concelho de Vila Real, 16 de Tavira, 3 de Castro Marim, 15 de Olhão, Faro e S. Brás e 13 espanhóis, dos quais 10 de Aiamonte e 2 da Isla Cristina; Vila Real e Castro Marim contribuíram com menos de um terço para a formação da população local, tal como Tavira e o centro da província, enquanto se salienta o contributo espanhol. Como se desconhece a residência dos avós, é-nos impossível saber se a filiação corresponde à primeira ou à segunda geração de imigrantes. Porém, ao confrontarmos estes dados com os de vinte anos antes, sobressai a maior participação recente de espanhóis (vinda dos descendentes dos que tinham partido no século anterior para Espanha), pois no segundo decénio, de 26 pais apenas 1 era espanhol (mas 15 do concelho de Vila Real, 4 de Tavira e 4 de Olhão); assim sucedia

<sup>(9)</sup> Bastavam os barcos acostados (canoas e botes) para a condução do peixe à lota de Vila Real, que não ficava próxima da praia de pesca, por o desenvolvimento do banco do Bril, prolongamento avançado da ponta da Areia, no extremo da margem direita do Guadiana, obrigar a uma volta considerável.

<sup>(10)</sup> J. B. DA SILVA LOPES, in *Corografia ou Memória Económica, Estadística e Topográfica do Reino do Algarve*, Academia Real das Sciencias de Lisboa, Lisboa, 1841, p. 385.

também com os 26 avós masculinos, sendo 7 do concelho de Castro Marim, 4 de Tavira, 5 de Olhão e 5 de S. Brás.

Dado que na primeira metade do século XIX foram oficialmente tomadas medidas de fomento da pesca no país, podemos admitir que se multiplicaram as chegadas de famílias a Monte Gordo, atraídas pela riqueza em sardinha do mar costeiro, pela qualidade da praia, favorável ao exercício da pesca com xávegas, e pelo mais alto valor do peixe, produto não da procura dos centros urbanos regionais mas da nova afirmação da concorrência dos compradores espanhóis. O afluxo manteve-se, por certo, na segunda metade do mesmo século e contribuiu para acelerar o crescimento demográfico da aglomeração. Não dispomos de informações censitárias, mas os números de baptismos e óbitos sugerem uma população já numerosa: 21 baptismos em 1870 e em 1891, e 53 em 1910 (900 a 1000 habitantes, em pouco mais de duas centenas de fogos); 19 óbitos em 1875, 18 em 1880 e 25 em 1910. Aliás, residiam em Monte Gordo 182 marítimos inscritos na Capitania de Vila Real em 1865, e 155 em 1893 <sup>(11)</sup>. A mesma ordem de grandeza se verifica no número de habitações indicadas no Inquérito Industrial de 1890: 46 casas de paredes de adobe e cobertura de telha e 113 cabanas. Tornara-se, porém, pouco significativo o contributo migratório espanhol, embora não o do Sotavento: em 1895, de 42 avós paternos 23 são da freguesia e 14 de outras do Sotavento; dos avós maternos, são também 37 os do Sotavento.

Monte Gordo renasceu como um aglomerado marítimo, à imagem do século XVIII, ainda quase só constituído por pescadores das xávegas, mas com maior estabilidade residencial e marginalização relativamente aos meios de pesca — barcas e redes, em que trabalhavam como parceiros ou como contratados. Cedo, porém, a multiplicação e modernização das artes de pesca do Sotavento e do Sul de Espanha suscitam novas migrações dos marítimos. Delas destacamos as que ligam Monte Gordo às artes solicitadoras da vizinha costa espanhola. As famílias continuavam a residir na aglomeração

<sup>(11)</sup> A diminuição do número de marítimos inscritos não deve ser tida como sintoma de diminuição da população mas antes como resultado da imprecisão dos dados e da possibilidade de não recenseamento dos que trabalhavam temporariamente nas armações e nos galeões espanhóis.

e a utilizar as xávegas, tornadas artes pobres pela inferioridade das suas capturas em relação às das armações, dos cercos e das parelhas de arrasto espanholas. O isolamento não contava para elas: jamais a comercialização do peixe se fizera por terra; a pequenez do consumo não desencadeava compras importantes no campo ou em Vila Real, desviadas para Aiamonte, nomeadamente as de pão; o próprio material de construção das habitações se colhia nas dunas ou se fabricava com areia e conchas.

No fim do século XIX quase todas as famílias são ainda marítimas: em 1895 são filhas de pai marítimo 19 das 21 crianças baptizadas; em 1910 os óbitos infantis registam, num total de 17, 15 filhos de pai marítimo. As raras excepções dizem respeito a pequenos comerciantes, «trabalhadores» e guardas. Mas os ganhos dos homens <sup>(12)</sup> não bastavam para cobrir as despesas mínimas dos agregados familiares, sempre numerosos, e as ocupações femininas remuneradas são frequentes: 7 lavadeiras, 5 vendedeiras, 5 redeiras <sup>(13)</sup>, 1 estaqueira, 1 costureira e 2 domésticas, são as ocupações das mães daquelas crianças baptizadas em 1895.

*A evolução dos processos de pesca na segunda metade do século XIX.* — O crescimento demográfico de Monte Gordo no último século respondeu de novo, essencialmente, à expansão da pesca da sardinha com xávegas. Esta, todavia, ressentiu-se, nos últimos decénios, da concorrência de artes mais modernas, assim como a população da aldeia enquanto lhes permaneceu marginal.

O número de artes de xávega matriculadas na Capitania de Vila Real ultrapassou as duas dezenas em 1875 e continuou elevado até 1890. Com a valorização do peixe pelas conservas em recipientes herméticos a partir de 1880, procurou-se, por outro lado, aumentar a produção de cada xávega, pelo uso

<sup>(12)</sup> E não possuíam outras fontes de receita importantes, visto que, em 1879, apenas residiam em Monte Gordo 48 contribuintes prediais, dos quais 24 tinham um rendimento colectável inferior a 5\$000, 13 de 5\$000 a 10\$000 e 8 de 10 a 20\$000; ao maior contribuinte correspondia o rendimento de 58\$800. Para comparação, atenda-se a que os dos principais contribuintes de Vila Real aproximavam-se de 1000\$000.

<sup>(13)</sup> Fabricavam redes de cerco para os armadores da Isla Cristina.

de redes maiores e pela multiplicação dos lanços, o que se traduziu conseqüentemente no recrutamento de companhias mais numerosas e no regulamento do trabalho das muitas barcas. Entretanto, nos anos oitenta, difundiram-se as armações de sardinha e os cercos, estes sobretudo durante o período do convénio de pesca livre nas águas marítimas de Portugal e de Espanha pelos pescadores dos dois países (1878-1885): dos 22 galeões matriculados em 1882, em Vila Real, 21 eram espanhóis (17 da Isla Cristina), tal como 10 das 38 xávegas. Armações de sardinha, cercos e a armação de atum, que foi armada durante dois anos (com vivos protestos da população local) reduziram a área de actuação das xávegas no mar costeiro. No Inverno, houve também a contar os arrastos de sardinha (parelhas) espanhóis, redes puxadas por duas embarcações auxiliares dos galeões, então desarmados, que eram remadas e deslocadas velozmente ao longo da costa.

Terminado o convénio desaparecem as xávegas e os galeões espanhóis dos registos de matrícula do porto de Vila Real, mas estes, e as parelhas, porque não apoiadas nas praias, continuaram a explorar clandestinamente as águas de Monte Gordo, para cá da linha das 6 milhas. Depois, muitos galeões foram objecto de venda fictícia a negociantes de Vila Real, conquistando desse modo a possibilidade de pesca no mar costeiro e a frequência da sua lota, animada por muitos compradores intermediários e pelos industriais da vila, mas insuficientemente abastecida pela produção das xávegas portuguesas: em 1896 e em 1900 contavam-se 7 cercos em Vila Real e em 1906, 12, dos quais 7 foram registados em nome de um mesmo armador, também ele proprietário aparente desta frota.

A sua concorrência fez-se sentir no recrutamento de mão-de-obra <sup>(14)</sup>, na captura dos cardumes <sup>(15)</sup> e, indirecta-

<sup>(14)</sup> C. CAVACO, «Migrações Internacionais de Trabalhadores do Sotavento do Algarve». *Finisterra*, vol. VI-11, pp. 41-83, Lisboa, 1971.

<sup>(15)</sup> Apanhavam os cardumes de pelágicos antes destes se aproximarem da costa, ou afugentavam-nos com o barulho dos remos e dos motores; além disso os galeões espanhóis pescavam durante a temporada do atum, o que não foi permitido em Portugal; as parelhas arrastavam tão perto da praia e por entre as redes de xávega que muitas vezes destruíam estas.

mente, nos preços do peixe na lota, já que esta passara a ser largamente abastecida pelos cercos. À medida que aumentou o número de cercos reduziu-se paralelamente o das xávegas — 17 em 1895, 12 em 1910 e 8 em 1920 —, as respectivas companhas tornaram-se menos numerosas, as redes diminuíram de dimensão, o recrutamento de pescadores fez-se mais localmente e a sua idade aumentou — em 1904, 39 p. 100 tem mais de cinquenta anos e 55 p. 100 mais de quarenta. A preferência pelo emprego nas armações e galeões, nomeadamente nos espanhóis, justifica-se pela garantia de um salário mínimo durante todo o período dos contratos — elevado com percentagem do valor dos lucros da pesca, e pelo câmbio da moeda espanhola <sup>(16)</sup>.

Ressentiram-se de igual modo as armações de sardinha à valenciana que empregavam durante quase todo o ano mais de uma centena de pescadores, além de que, sendo menos dispendiosas que os galeões, estavam mais ao alcance das possibilidades regionais de financiamento: em 1885 armavam-se 3 entre Monte Gordo e Cacela, mas a sua exploração prolongou-se apenas até aos primeiros anos deste século (aliás descontinuamente).

Estava definido desde então o sentido da resultante da evolução da concorrência entre os diferentes processos de pesca de sardinha: só a sua intensidade variou temporariamente, quase se apagando quando a conjuntura internacional permitiu valorizações excepcionais do peixe ou tornando-se brutal sempre que à pequena pesca correspondia preço baixo, como sucedeu durante a grande crise económica dos anos trinta; ou ainda quando novas perspectivas de ganhos desviaram os seus pescadores, como as que se filiam na valorização recente das espécies capturadas com tresmalhos e anzóis. As traineiras inserem-se nesta evolução, como substitutos dos cercos: empregam a mesma técnica de pesca — apoiada por barcos mais pequenos, com motores a gasóleo e mais velozes —, mas redes de menor comprimento e tripulações menos

<sup>(16)</sup> Pelo que, em virtude da falta de pescadores, foi permitida legalmente a associação ocasional de duas companhas de xávega e a pesca alternada de uma e de outra barca.

numerosas, nomeadamente depois da generalização, durante os anos sessenta, dos aladores mecânicos.

A população de Monte Gordo ficou sempre à margem na apropriação dos meios de pesca: quase não possuiu xávegas; não fez parte das sociedades exploradoras das armações; também nunca foi proprietária de cercos assim como o não é de traineiras. Limitou-se a constituir a mão-de-obra das artes regionais, mas mão-de-obra numericamente excedentária em relação à sua capacidade de emprego, que era por isso forçada a procurar ganhos noutras paragens, estrangeiras mas próximas — Sudoeste espanhol e Marrocos —, para onde migrou sazonalmente até quase aos nossos dias. A acumulação de salários permitia a estes casais de pescadores e operárias da indústria de conservas a formação de um pé-de-meia que os ajudaria a manter-se durante o resto do ano, quando, retornados à terra, os ganhos escasseavam e só a pesca artesanal e a apanha de conquilhas lhes permitiam a subsistência.

*Os empregos actuais dos marítimos.* — A decadência das xávegas não se traduziu numa diminuição sensível da população de Monte Gordo nem foi seguida de notável diversificação profissional. Os registos de baptismo de 1930 revelam a presença quase exclusiva de marítimos, todos aliás naturais da freguesia: 92 p. 100 das crianças são filhas de pai marítimo. Em 1952 estes representam ainda mais de 73 p. 100, mas em 1966 figuram apenas com 62 p. 100. Muitos deles empregam-se na pesca da sardinha (fig. 2) e constituem parte das tripulações das traineiras de Vila Real. A sua sorte ligou-se entretanto à evolução numérica da frota e aos êxitos da pesca do biqueirão: assim, nos anos cinquenta, por iniciativa da nova empresa Lusofabril, o número de traineiras registadas e matriculadas no porto de Vila Real aproximou-se de trinta, a que correspondem várias dezenas de barcos de condução do peixe à lota (enviadas e acostados); em 1960 matricularam-se ainda 25 traineiras (e 46 acostados), mas em 1965 apenas 18 traineiras. A multiplicação da frota não fora porém suficiente para eliminar o desemprego regional, entre o qual o da população de Monte Gordo. Tinha sido constituída uma escala de embarque, onde se inscreveram, em 1965, 506 pes-

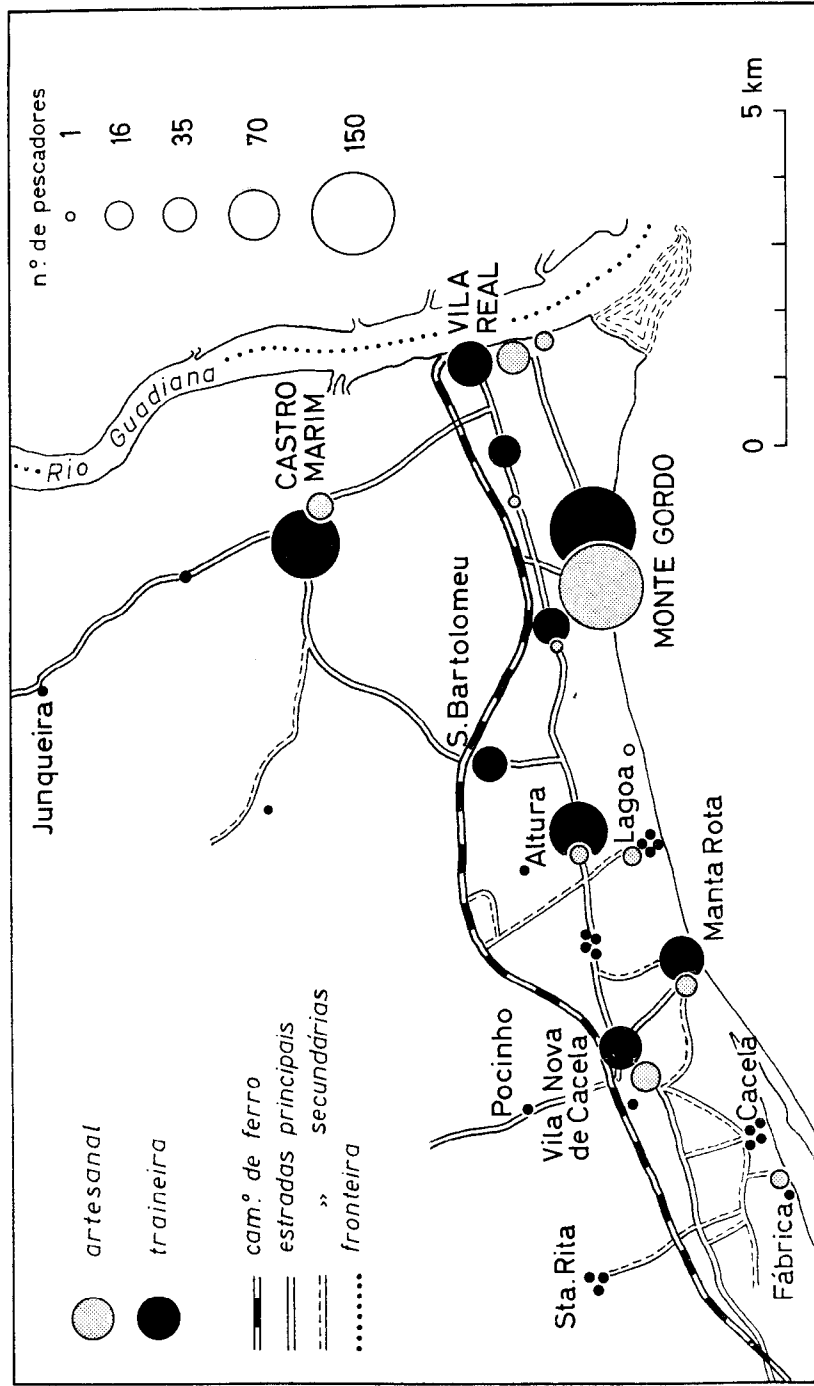


Fig. 2 — Monte Gordo é o principal núcleo de residência de pescadores do extremo oriental do Algarve, que trabalham tanto nas artes artesanais como nas traineiras do porto de Vila Real (1968).

cadouros, dos quais 88 residiam em Monte Gordo <sup>(17)</sup>: cerca de duas centenas não tiveram colocação. O desemprego acentuou-se nos anos seguintes, pois são apenas 14 as traineiras matriculadas em 1966 e 13 em 1967, enquanto se generalizavam os aladores mecânicos <sup>(18)</sup>. Produziu-se uma deslocação temporária dos marítimos da região para os portos portugueses da pesca da sardinha da Zona Norte, onde a emigração de pescadores foi mais precoce, ou para os do Mar do Norte, mas os de Monte Gordo quase se mantiveram à margem destas correntes emigratórias, pois só muito dificilmente aceitam viver longe das famílias, pelo seu sentimento de incapacidade de tratar dos assuntos de terra: nas antigas migrações para Espanha sentiam-nas perto; nas migrações para Marrocos eram habitualmente acompanhados pelas mulheres. Entretanto, como consequência da emigração dos seus companheiros do campo ou de Vila Real, inverteu-se a conjuntura do emprego nas traineiras do Guadiana, tornando-se fácil a matrícula de todos os pescadores de Monte Gordo nelas interessados. Todavia, depois de 1966 os ganhos da pesca de pelágicos são menos atractivos, pelas capturas fraquíssimas e, a partir de 1970, pela interrupção das campanhas de pesca de biqueirão na costa de Marrocos, que tinham sido altamente produtivas: elas garantiam aos pescadores um salário mínimo de 35\$00 a que se adicionavam pernilagens variáveis com o valor líquido da pescaria.

A dificuldade de emprego nas traineiras, a relutância em emigrar e a valorização das espécies de demersais e dos moluscos <sup>(19)</sup> mantiveram em Monte Gordo um importante

<sup>(17)</sup> A inscrição pressupunha que tivessem menos de 35 anos, instrução, com preferência pela das Escolas de Pesca, sobretudo da de Tavira, ou terem trabalhado no ramo durante os dois últimos anos. Em 1965 a tripulação de certas traineiras de Vila Real era em grande parte desta aldeia: na Maria Rosa trabalhavam 13, na Refrega 9 e na Diamante 6.

<sup>(18)</sup> Reduziu-se a capacidade de emprego das traineiras a 20 homens. As tripulações tendem a ser cada vez mais jovens, nomeadamente depois da difusão das sondas de detecção dos cardumes.

<sup>(19)</sup> Pela dilatação do mercado de consumo local, sobretudo no Verão, e pela penetração dos circuitos de abastecimento dos grandes grossistas exportadores doutros lugares do Algarve e de Lisboa, que foi facilitada pela generalização da camionagem frigorífica e pela cons-



núcleo de marítimos que trabalham nas artes artesanais, nomeadamente nos tresmalhos, ou apanham conquilhas. A pesca artesanal foi aliás sempre encarada pelas autoridades marítimas, durante o último decénio, como a solução mais fácil e eficaz contra o desemprego; só ela poderia também absorver os pescadores idosos das traineiras, marítimos que não conheceram outra profissão e aos quais seria muito duro tentá-la à beira da velhice; o mercado regional era insuficientemente abastecido em peixes de qualidade e era-o sobretudo pelas artes da capitania de Tavira, mais numerosas e diversificadas (aparelhos de anzol), com companhas não perturbadas no Verão e no Outono pelo recrutamento das traineiras, e na sua maioria apoiadas por embarcações de tamanho médio e motorizadas <sup>(20)</sup>. A frota de Monte Gordo continuou no entanto a ser constituída somente pelas canoas, a maior parte ainda sem motor <sup>(21)</sup>, e as artes empregadas continuaram a ser exclusivamente os tresmalhos, pois o trabalho dos anzóis é lento, além de que não é possível contar com a ajuda das mulheres, muito desligadas dos problemas do mar. Para a apanha das conquilhas, que também ocupa crianças, mulheres e velhos, não é necessária embarcação, por vezes nem sequer o ancinho com o saco de rede acoplado. Note-se todavia que, mesmo quando são sensíveis os benefícios da motorização e da valorização do peixe, o desenvolvimento da pesca com tresmalhos tem limitações, de que são de destacar a medíocre produtividade, muito inferior à dos aparelhos de anzol — apoiados por embarcações de várias dezenas de toneladas de arqueação bruta e sempre motorizadas (motoras e caçadas) — e, sobretudo, à dos arrastões, e a concorrência no mercado regional da produção de Olhão e da Fuzeta.

---

trução das instalações de frio da Frigarve e estimulada pelo aumento geral do consumo urbano e pela possibilidade de exportação de peixe refrigerado, nomeadamente para Espanha e Itália.

<sup>(20)</sup> Já em 1953, antes do desenvolvimento da procura resultante do surto turístico, o abastecimento da loja comercial de Vila Real por artes matriculadas no seu porto representa somente 44 p. 100 do contributo das de Tavira.

<sup>(21)</sup> O que limita o número de saídas e o raio de pesca e obriga a companhas relativamente numerosas, pelas quais se reparte o valor do pescado.

O nível económico dos pescadores de tresmalho continua, pois, bastante baixo, e traduz-se ainda na fuga dos membros mais jovens para as traineiras.

#### O VERANEIO

O desenvolvimento de Monte Gordo como centro de veraneio deve-se a factores gerais que evocámos noutra estudo <sup>(22)</sup> e a factores específicos: vizinhança da burguesia de Vila Real; ligação fluvial entre Vila Real e Mértola, que servia a clientela do Alentejo interior a sul de Beja; carácter repulsivo do litoral do Sotavento, acompanhado pelas terras lagunares da ria de Faro-Olhão-Tavira, que desviou para este centro quase toda a clientela do Algarve oriental, sobretudo depois de terminada a linha férrea (1906); carácter não menos repulsivo do litoral do Sul de Espanha mais próximo de Aiamonte, Huelva e Sevilha, rico em esteiros, partilhados entre salinas e sapais insalubres; existência de relações de família e de negócio entre as populações de um e de outro lado da fronteira; valor da peseta, cuja conversão em escudos foi altamente vantajosa durante os três primeiros decénios do século xx. Recentemente, a criação do parque de campismo, a construção de hotéis de qualidade e a acessibilidade permitida pelo aeroporto de Faro apoiaram o desenvolvimento do turismo de massa e do turismo estrangeiro.

*As antigas praias do Guadiana.* — No início da prática do veraneio a procura partiu de Vila Real. Esta aglomeração concentrava uma população diferenciada profissional e economicamente. A classe mais abastada ligava-se sobretudo ao comércio, mas também ao funcionalismo (corpo consular, criado pelo movimento do porto, funcionários superiores da alfândega e de toda a administração pública), às profissões liberais, à posse da terra e de prédios urbanos, à indústria de pesca e conservas (que reunira empresários espanhóis, italianos e gregos) e à empresa inglesa concessionária da exploração da mina de S. Domingos.

---

<sup>(22)</sup> CARMINDA CAVACO, «Geografia e Turismo no Algarve. Aspectos contemporâneos», *Finisterra*, vol. IV-8, pp. 216-272, Lisboa, 1969.

O gosto pelo recreio à beira-mar desenvolveu-se precisamente entre esta sociedade abastada que frequenta primeiro as praias do Guadiana, em frente e a sul da vila, depois as da Ponta da Areia, a sul da área industrial, e Monte Gordo. Data de 1866 a primeira referência a barracas levantadas na praia em frente da vila, que tiveram de ser retiradas por ordem do capitão do porto, porque prejudicavam a navegabilidade do rio, pois a areia era escavada para se enterrarem as estacas e o terreno onde «se achavam assentes» fora elevado com entulhos de calço. Não sabemos se tais barracas serviram o comércio portuário ou o veraneio; porém, vinte anos depois, as licenças passadas pela Capitania para armação de barracas nas praias do Guadiana precisam que se trata de pequenas construções de madeira, levantadas temporariamente — Agosto e Setembro — para uso dos banhistas. Em 1883 contam-se 15 e em 1885, 18: referem-se todas «à praia deste porto» ou «à praia em frente desta vila». Alguns dos interessados são proprietários de Mértola <sup>(23)</sup>, e trabalham no sector terciário — como por exemplo um médico negociante de capitais; outros são armadores de Vila Real, no geral também proprietários fundiários; alguns são comerciantes e industriais de origem espanhola mas fixados nesta vila. Nos anos seguintes parece ter havido diferenciação da clientela: entre os 14 pedidos de licenças de 1889 têm representação novos espanhóis, também eles instalados no comércio e na indústria de Vila Real mas, sobretudo, membros da aristocracia de Castro Marim e Tavira, quase sempre abastados proprietários rurais absentistas e activos no exército, na medicina e nas leis.

*Os primeiros banhistas de Monte Gordo.* — Data de 1899 a primeira licença de armar barraca de banhos na praia de Monte Gordo, de que tivemos conhecimento; esta foi pedida por uma notável família de Castro Marim. A julgar pelas licenças, a clientela da praia parece ter-se desenvolvido muito lentamente mas os números são pouco significativos porque,

<sup>(23)</sup> Nelas apenas são indicados os nomes dos interessados, o que tornou inevitavelmente muito difícil e morosa a identificação das suas naturalidades, residências e profissões.

numa praia tão extensa e rodeada de dunas, os veraneantes poderiam não optar pela armação de barracas de madeira, ficando por isso isentos de licenças <sup>(24)</sup>. De qualquer modo, Monte Gordo oferecia à clientela das praias fluviais do Guadiana uma larga baía de águas pouco profundas, acompanhada de extensa faixa de areia muito fina, banhada por mar calmo, sem vagas nem correntes perigosas, ao abrigo do pinhal, que então parecia fixar definitivamente as dunas e proteger o areal das nortadas, e não perturbada pela passagem constante de barcos de pesca e de comércio. As famílias mais endinheiradas da vila e da região começaram a organizar períodos de férias no povoado próximo, em vez de dispersarem as horas de recreio, pelos fins de tarde de Agosto e de Setembro, na procura das águas não muito limpas do rio e em contacto com os trabalhadores do porto. Donde a edificação de residências secundárias ou o aluguer de casas ou de quartos aos marítimos.

Dado que o Verão corresponde a um período de grande actividade dos comerciantes e dos industriais e também dos proprietários rurais, donos de pomares de sequeiro, os homens ficavam na vila ou no campo e as mulheres e crianças iam para Monte Gordo. A distância que os separava era pequena e podia por isso ser percorrida todos os fins-de-semana e até mesmo todos os dias, uma vez construído, em 1892, o ramal de estrada de ligação de Monte Gordo com a estrada real de Tavira a Vila Real <sup>(25)</sup>.

O desenvolvimento e a frequência da praia de Monte Gordo tinham ganho entretanto dimensões que levantavam problemas às autoridades municipais, discutidos nas sessões da Câmara de Vila Real, cujas actas se apresentam ricas de referências: são os vereadores que sugerem várias medidas capazes de facilitarem o abastecimento da população veraneante e de lhes assegurarem serviços, como a distribuição

<sup>(24)</sup> Em 1901, o capitão do porto de Vila Real informa que se armam, nas várias praias, barracas para banhos, umas fixas, de madeira, que permanecem durante a temporda, e outras móveis, com estacaria de madeira e cobertura de lona, armadas quando os donos vão tomar banho e desarmadas em seguida. Talvez só aquelas precisassem de licença.

<sup>(25)</sup> Aberta nas dunas, a sua conservação era difícil, o que impôs a arborização das margens, reforçada em 1893 por uma paliçada.

do correio; é o presidente ou o secretário que sujeitam à apreciação geral os numerosos pedidos de venda de parcelas de terreno baldio para nelas serem construídas novas casas, ou mais simplesmente para aumento de uma parcela anterior, cujas construções se pretendem remodelar, e ainda para alinhamentos das moradas e das ruas, de modo a dar à aldeia certo aspecto geométrico de Vila Real; neste caso o terreno seria cedido gratuitamente desde que o seu valor não excedesse mil réis.

A construção do caminho-de-ferro veio permitir o alargamento para oeste e noroeste da área de residência da clientela, assim como as carreiras fluviais a estenderam para norte por todo o interior do Baixo Alentejo. Por sua vez, a desvalorização do escudo, primeiro progressiva e depois rápida, facilitou os investimentos de origem espanhola, potencialmente numerosos pela expansão económica de Espanha nos três primeiros decénios deste século. De tudo isto são bastante significativas as licenças para armar barracas e toldos. Assim, em 1917, figuram os velhos apelidos e outros correspondentes a comerciantes e à «aristocracia» do Algarve oriental, ligada ao terciário superior e ao mundo rural. Dez anos depois, distinguem-se três praias: Ponta da Areia, Monte Gordo e Manta Rota. A primeira é frequentada por um industrial italiano com fábrica de mosaicos em Vila Real, um empregado nas carreiras fluviais que ligam Vila Real a Aiamonte, um armador e salgador de peixe, um comerciante de vinhos, alguns industriais médios das conservas e um outro da pesca; e também cidadãos espanhóis de que não conseguimos identificar a residência e a profissão. Pelo contrário, a clientela de Monte Gordo apresenta-se muito diversificada na origem geográfica e socialmente. Nela figuram uma dezena de médicos de Castro Marim, Faro, Mértola, Serpa, Castro Verde, Ervidel, Beja e Lisboa; capitães e coronéis de Tavira, Faro, Beja e Lisboa; engenheiros, advogados e notários destas cidades; empregados bancários e comerciantes de Faro, Beja e Beringel; empregados da C. U. F. e da C. P.; professores do liceu de Faro; o cônsul de Espanha em Faro; o presidente da Câmara de Faro e o governador civil do distrito. Juntavam-se-lhes outros membros do sector secundário de Vila Real, ligados à Litografia Progresso e à indústria de conservas, grandes pro-

prietários rurais da região e de todo o Baixo Alentejo e alguns industriais e comerciantes espanhóis, sobretudo de Aiamonte e da Isla Cristina. Foi, aliás, uma família espanhola que criou no local a primeira pensão: ainda antes da guerra de 1914-1918, um casal, de Aiamonte e de Tharsis, fixou-se em Monte Gordo e abriu um estabelecimento de comércio misto, do tipo mercearia e taberna, onde depois são vendidas algumas refeições simples e alugados quartos para pernoitar. A organização em pensão, com mudança definitiva do ramo de actividade, não tardou a impor-se, à medida que se desenvolve a clientela espanhola, sobretudo durante a desvalorização da moeda portuguesa, avaliando-se em mais de duas dezenas o número de casas que foram possuídas em Monte Gordo por coronéis, médicos, advogados, notários e grandes proprietários da Andaluzia, nomeadamente de Aiamonte, Huelva, Sevilha e Paymogo, e da Estremadura.

Afirmada como praia familiar, que servia toda a região Sul do país a leste do meridiano de Faro e o Sudoeste da Andaluzia, Monte Gordo continuou a crescer, mas lentamente; o aumento da clientela de grandes proprietários alentejanos, que a Campanha do Trigo enriquecera, veio em parte contrabalançar a perda, grosso modo simultânea, da espanhola, como reflexo da guerra civil e da modificação do câmbio. Assim, em 1945, frequentavam-na cerca de 1500 veraneantes, dos quais 50 p. 100 residiam no Alentejo e 30 a 35 p. 100 no Algarve, mas esta percentagem eleva-se se considerarmos antes a filiação, na medida em que a maior parte dos restantes se ligava, por laços de parentesco (descendência e casamento) ao Algarve. Entre os novos algarvios salientavam-se os olhanenses, que aliás acabaram por se consagrar na toponímia (rua de Olhão). Traduzem a afirmação de uma burguesia criada pelo comércio do peixe e das conservas durante a guerra, numerosa e característica neste centro marítimo tradicionalmente orientado para a preparação de conservas pelo sal, que tiveram então fácil escoamento e não conheceram os condicionamentos derivados da falta e da carestia de folha de flandres, pois trabalhavam com barris de madeira.

*A expansão moderna do veraneio.* — O ritmo de crescimento do veraneio atenuou-se nos últimos anos trinta, pela partida dos espanhóis (clientes da única pensão ou donos de casa) e pela retracção das despesas dos lavradores da Serra e alentejanos, após anos sucessivos de más colheitas, e, mais tarde, pelas dificuldades de colocação das conservas de peixe no após-guerra. A praia continuou, no entanto, a desempenhar a principal função definida há muito, ao serviço da vida balnear de famílias do Algarve oriental e Baixo Alentejo interior.

Era também lugar de convergência de pequenos grupos e de excursões, particularmente ao domingo. O seu movimento não se identificava, porém, com o da aldeia. Havia uma clientela pendular, residente em Vila Real, no campo, em Tavira e em Aiamonte, que se servia das carreiras de camioneta e fluviais, por vezes também do comboio (embora o apeadeiro fique longe e não seja servido por transportes específicos), mas esta atravessava Monte Gordo quase sem alterar o seu movimento característico; apenas utilizava a praia e os serviços aí instalados (nem sempre comprava o vinho e a água nas tabernas do «povo», o que aliás não era cómodo, dada a extensão do areal) ou frequentava, no regresso, as esplanadas dos cafés da Praça, enquanto esperava a camioneta. A sua frequência ao longo do ano apresentava máximos bem marcados, em relação com a passagem livre da fronteira: de nacionais, nos dias da festa da Senhora das Angústias (em Aiamonte) e de espanhóis nos das feiras de Monte Gordo e de Vila Real.

A aldeia só tinha cerca de 500 fogos nos meados do século, mas no Estio a população presente quase duplicava: 1600 veraneantes em 1954, com estadas médias de 45 a 60 dias. Estes ocupavam as casas que compraram ou mandaram construir, alugavam outras ou apenas um ou dois quartos, avaliando-se em cerca de 100 o número de proprietários de casas ou de quartos então interessados economicamente pelos aluguéis. A capacidade hoteleira reduziu-se a 30 quartos, distribuídos por duas modestas pensões, à semelhança dos anos trinta: o hotel de Vila Real não servia ainda o turismo de Monte Gordo mas somente, nos escassos anos em que funcionou, o movimento da vila e da fronteira.

O primeiro grande acréscimo da capacidade de recepção de Monte Gordo deveu-se à criação, em 1956, do parque de campismo municipal, que atraiu numerosos turistas nacionais e estrangeiros, designadamente franceses, mas o marco mais importante na passagem do povoado a estância de veraneio balnear verdadeiramente cosmopolita corresponde à construção, em 1960, de um grande hotel de luxo — Vasco da Gama —, cuja falta se fazia sentir há muito tempo. Como frisara o ministro Duarte Pacheco, quando da sua visita ao concelho, em 1934, tornava-se absolutamente necessária a construção de uma unidade hoteleira que multiplicasse a capacidade de recepção, oferecida apenas pela modesta Pensão Espanhola, e diversificasse a qualidade da mesma, mas nos anos cinquenta a sua construção continuou a ser infrutuosa-mente defendida pelas autoridades municipais junto dos organismos que a poderiam apoiar, pela concessão de crédito aos empresários, e junto dos frequentadores habituais da praia com maiores disponibilidades financeiras. Aliás, também não resultara a elaboração da planta e a propaganda da intenção camarária de a ceder, bem como o terreno correspondente, por preço irrisório. Assim, a primeira e única proposta viável foi acolhida em 1959 com o maior entusiasmo e beneficiou de apoio oficial e da aquisição do terreno a \$70/m<sup>2</sup>.

Uma vez construída a primeira unidade hoteleira de Monte Gordo, novos interesses foram atraídos por esta praia; os terrenos valorizaram-se, mas os lotes destinados a outras unidades foram de início sempre cedidos a preços relativamente modestos: 22\$50/m<sup>2</sup> no caso do Hotel Navegadores e 52\$50/m<sup>2</sup> no da Pensão Residencial Monte Gordo, em 1961, enquanto os que se destinavam a vivendas rodeadas de jardins, que se situam a poente do Catavento, valiam 150 a 200\$00/m<sup>2</sup>. Em 1964 já foi vendido a 560\$00/m<sup>2</sup> o terreno do Hotel Caravelas, e, em 1967, os terrenos do canto nordeste da povoação que serviram para a instalação de duas unidades hoteleiras de grande nível — Residencial Monte Sol e Hotel Alcazar (fig. 3) — ultrapassaram sensivelmente os 1000\$00/m<sup>2</sup> e num dos casos elevaram-se a 2450\$00/m<sup>2</sup>; os preços definem-se então livremente pela concorrência no mercado e são tanto mais elevados quanto melhor é a situação dos lotes — na frente marítima e na zona de urbanização moderna, a nascente da

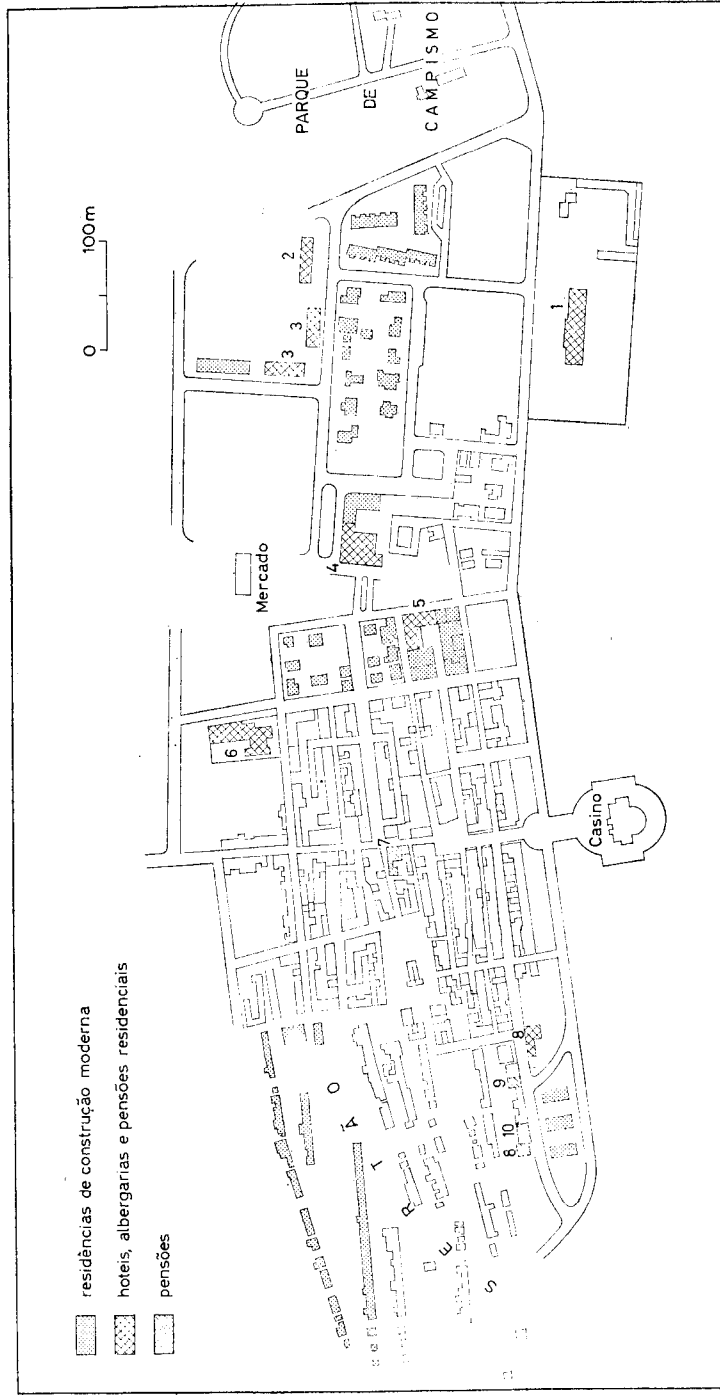


Fig. 3 — A povoação de Monte Gordo. Notem-se as diferenças de estrutura dos três sectores (de Poente ou Sertão, do Centro e de Leste) e a posição periférica e oriental das unidades hoteleiras. Hotéis e pensões: 1, Vasco da Gama; 2, Alcazar; 3, Monte Sol; 4, Catavento; 5, Caravelas; 6, Navegadores; 7, Espanhola; 8, Monte Gordo; 9, Montemar; 10, Madalena.

povoação — e maior o desenvolvimento em altura permitido para os futuros edifícios.

A capacidade global da hotelaria de Monte Gordo, indicada nas estatísticas oficiais, eleva-se a 400 quartos em 1967 e a 550 em 1973 (não inclui a residencial Monte Sol nem duas pequenas pensões); caracteriza-se pela grande concentração da sua estrutura e pelo grande nível, como é geral na província.

O Hotel Vasco da Gama correspondeu, com efeito, ao impulso dinamizador esperado há muito: em 1967 as receitas municipais do turismo ultrapassaram os dois mil contos, dos quais 770 se devem ao parque de campismo e 909 ao imposto de turismo dos hotéis, pensões, etc.; em 1974 o valor global deste último elevou-se a 2.255 contos. As iniciativas são quase totalmente estranhas à região: na sociedade do Vasco da Gama e do Caravelas entrou um sócio do Algarve Central; o Hotel Navegadores foi construído com capital de um grande proprietário rural natural de Serpa mas residente em Lisboa, e vendido ultimamente a uma sociedade Luso-Americana, através de um modesto accionista de Vila Real; o Catavento foi construído com capitais de Lisboa e só adquirido em 1969 por um comerciante grossista de Tavira e Vila Real; o Monte Gordo deve-se a um emigrante de Coimbra, retornado da Califórnia; o Alcazar é também fruto de recente iniciativa lisboeta; apenas a Monte Sol se deve a um industrial de conservas de Vila Real.

CARMINDA CAVACO